Definição de Contratualização Administrativa

Trata-se de movimento de disseminação legislativa, fortemente apoiado pela doutrina, de instrumentos contratuais para uso da Administração Pública nas suas mais diferentes tarefas. Como já vimos, essa é uma das manifestações de outro fenômeno: a Consensualização Administrativa.

Evolução legislativa

- 1993 - **Lei Geral de Licitações (L. 8.666/93)**: Trata dos contratos instrumentais.
- 1995 - **Lei de Concessões (L. 8.987/95)**: Trata dos contratos de natureza concessória.
- 1998 - **Lei de Organizações Sociais (L. 9.637/98)**: Trata de contratos de cooperação.
- 1999 - **Lei de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (L. 9.790/99)**: Trata de contratos de cooperação.
- 2000 - **Leniência (MP 2.055/00)**: Mecanismo de contratualização no exercício do poder de autoridade da administração pública.
- 2002 - **Lei do Pregão (L. 10.520/02)**: Trata dos contratos instrumentais. (Afastada pela nova lei de licitações!)
- 2004 - **Lei das PPP (L. 11.079/05)**: Trata dos contratos de natureza concessória.
- 2005 - **Lei dos Consórcios (L. 11.107/05)**: Trata de contratos de cooperação.
- 2006 - **Estatuto das ME e EPP (LC 123/06)**: Trata dos contratos instrumentais.
- 2010 - **Lei de contratos de Publicidade Governamental (L. 12.232/10)**: Trata dos contratos instrumentais.
- 2011 - **Lei do Regime Diferenciado de Contratação (L. 12.462/11)**: Trata dos contratos instrumentais. (Afastada em 2021, pela nova lei de licitações.)
- 2013 - **Lei Anticorrupção (L. 12.846)**: Mecanismo de contratualização no exercício do poder de autoridade da administração pública.
- 2014 - **Lei das Organizações da Sociedade Civil (L. 13.019)**: Trata de contratos de cooperação.
- 2015 - **Lei de Mediação (L. 13.140/15)**: Mecanismo de contratualização no exercício do poder de autoridade da administração pública.
- 2016 - **Lei das Estatais (L. 13.303)**: Trata dos contratos instrumentais.
- 2018 - **LINDB (L. 16.655/18)**: Mecanismo de contratualização no exercício do poder de autoridade da administração pública.
- 2019 - **Lei de Contrato de Desempenho (L. 13.934/19)**: Trata de contratos de cooperação. E o antigo contrato de gestão!
- 2020 - **Lei de Contratos de Facilities (L. 14.011/20)**: Trata dos contratos instrumentais.
- 2021 - **Nova Lei de Licitações (L. 14.133/21)**: Trata dos contratos instrumentais.

Antiga classificação dos contratos da administração

Antes, Contratos da Administração abrangiam os Contratos Administrativos (propriamente ditos) e os Contratos de direito privado utilizados pela Administração (regime predominantemente privado).

Com o surgimento dessas novas leis, surgiram também novas classificações. Hoje, quando falamos em Contratos da Administração, falamos de:

1. **Contratos Instrumentais**: São basicamente aqueles contratos regidos pela Lei de Licitações, como obras, serviços, bens, etc.
2. **Contratos de cooperação**: Contratos firmados com entidades que têm finalidades comuns, como os convênios, contratos de gestão, parcerias sociais, etc.
3. **Contratos de concessão**: Concessão comum, PPP, etc.
4. **Acordos no poder de autoridade**: Como leniência, compromisso, etc.

Dica de material complementar: Livro "Contrato administrativo", do autor Fernando Dias Menezes de Almeida.